

ACERCA DA FORMA LÓGICA DE AFIRMAÇÕES DE EXISTÊNCIA¹

João Branquinho

Há alguns anos atrás, algumas pessoas acreditavam que a tese de que a existência *não é* um predicado, uma tese defendida por autoridades como Gottlob Frege e Bertrand Russell, era um dos traços distintivos da chamada filosofia analítica. Que uma tal crença é afinal falsa pode ser tomado como mais um sinal da vitalidade e do anti-dogmatismo que caracterizam em geral a tradição analítica; e o mesmo se aplica a quaisquer outras crenças do género, que comprometam esta tradição com teses filosóficas substantivas.

O meu propósito neste ensaio é duplo. Por um lado, descrevo o estado actual da questão relativamente ao venerável tópico da existência, caracterizando e examinando as principais teorias disponíveis. Por outro, argumento a favor de um ponto de vista específico sobre o tópico. Esse ponto de vista consiste na conjunção das seguintes três teses:

- F) Não há objectos não-existentes;
- H*) A existência é um predicado; e
- H**) As afirmações de existência não são uniformes quanto à forma lógica, tendo por vezes a forma de quantificações existenciais e por vezes a forma de predicacões monádicas de primeira ordem.

1. As questões a seguir introduzidas, as quais estão estreitamente relacionadas entre si, têm sido discutidas sob a rubrica *existência* na lógica filosófica e na metafísica logicamente disciplinada disponíveis a partir de Frege; algumas delas foram mesmo discutidas antes, embora não exactamente nas formulações aqui dadas.

- I) — *Qual é a forma lógica de afirmações de existência (e de não-existência)?* É habitual distinguir aqui três variedades principais de frases, acerca das quais não se deve excluir à partida que possam vir a receber tratamentos díspares.

¹ Partes do material aqui contido foram lidas na Faculdade de Letras do Porto, em 14 de Janeiro de 1998, e na Faculdade de Letras de Lisboa, em 12 de Fevereiro de 1998. Agradeço às respectivas audiências os comentários feitos. Conversas com António Zilhão e Fernando Ferreira ajudaram-me a melhorar o material.

- a) Frases existenciais singulares nas quais o predicado gramatical «existe», precedido ou não por «não», é combinado com um termo singular logicamente simples, em especial um nome próprio; exemplos são dados em frases como «Homero existe» e «Vulcão não existe».
- b) Frases existenciais singulares nas quais o predicado gramatical «existe», precedido ou não por «não», é combinado com um termo singular logicamente complexo, em especial uma descrição definida singular; exemplos são dados em frases como «O autor de *A Ilíada* existe» e «O décimo planeta do sistema solar não existe».
- c) Frases existenciais gerais, nas quais o predicado gramatical «existe», precedido ou não por «não», é combinado com um termo geral (ou predicado monádico) simples ou complexo; exemplos são dados em frases como «Mamíferos com asas existem» e «Unicórnios não existem»².

Destas categorias de frases existenciais, as do tipo (a) são tidas como bastante problemáticas, em particular aquelas frases existenciais singulares negativas que são intuitivamente verdadeiras. Com efeito, associado a frases deste género está o velho *puzzle da existência*. Tome-se uma frase como «O Pai Natal não existe», a qual exprime muito provavelmente uma verdade. Se assim é, então, aqui como noutros casos, é porque o sujeito da frase designa algo, *o Pai Natal*, que satisfaz o predicado da frase; mas isso não parece ser possível, pois o predicado de não-existência é tal que não pode ser satisfeito por nada. Por conseguinte, aparentemente, nenhuma frase existencial negativa está em posição de poder exprimir uma verdade. Em contraste, as frases existenciais do tipo (c) — e, em menor grau, também as do tipo (b) — são tidas como relativamente pouco problemáticas; embora, como vamos ver, isto necessite de alguma qualificação.

² Assumo ao longo do presente ensaio uma interpretação «intemporal» da forma verbal «existe(m)». Nessa interpretação, frases da forma «*a* existe» e «*F* existem», em que *a* é um termo singular e *F* um termo geral, são entendidas no sentido de (respectivamente) «*a* existiu, existe presentemente, ou virá a existir» e «*F* existiram, existem presentemente, ou virão a existir». Por conseguinte, uma elocução na presente ocasião de uma frase como «Aristóteles existe» deve ser considerada como verdadeira, apesar de o filósofo Aristóteles (a pessoa referida por «Aristóteles») já não estar entre os vivos na altura da elocução; e o mesmo sucede com uma elocução presente de uma frase como «Os dinossauros existem». Nada de importante dependerá desta suposição, cujo *rationale* é o de que é pelo menos argumentável que a sua não adopção, e a consideração de frases como «Pompeia já não existe», comprometeria de imediato a discussão com a doutrina de que «existe» pode ser um predicado de primeira ordem.

II) — *É a existência um predicado?* Um segundo tópico central, conspiciuamente conectado com o tópico anterior, consiste em determinar se a existência é invariavelmente uma propriedade de ordem igual ou superior a dois³, um atributo exemplificável apenas por atributos — ou por atributos de atributos — de indivíduos ou particulares; ou se é antes, ou pode ser, uma propriedade de primeira ordem, um atributo exemplificável directamente por indivíduos ou particulares.

A questão é muitas vezes formulada da seguinte maneira, no modo formal ou linguístico, como uma questão acerca de determinadas propriedades lógicas e semânticas do predicado «existe»⁴. É a palavra «existe» invariavelmente um predicado (suponhamos) de segunda ordem, cujo comportamento é semelhante ao de predicados como «está em vias de extinção» ao ocorrer em frases como «O tigre siberiano está em vias de extinção», «é numeroso» ao ocorrer em frases como «pessoas de cabelo ruivo nesta sala são numerosas», e «é raro» ao ocorrer em frases como «os políticos honestos são raros»? Repare-se que nesta última afirmação, por exemplo, a propriedade de ser raro não é obviamente predicada de cada uma das *peçoas* que exemplificam a propriedade de ser um político honesto; aquela propriedade é antes uma propriedade de ordem superior, predicada da propriedade de ser um político honesto (aquilo que é predicado desta última propriedade é a propriedade de ser uma propriedade exemplificada por muito poucas pessoas).

Uma tradição respeitável, a qual inclui gente como Frege e Russell⁵ (bem como, na filosofia clássica, Kant e Hume), dá respostas afirmativas a questões daquela natureza e subscreve a doutrina de que a existência não é (nunca) um predicado ou atributo de particulares. A doutrina é por vezes posta ao serviço de causas alegadamente nobres: ela é notoria-

³ A ideia de uma hierarquia ascendente de ordens para predicados, ou para as propriedades associadas, pode ser informalmente introduzida do seguinte modo. Na frase «O João é humilde», o predicado «é humilde», ou a propriedade de *ser humilde* (a qualidade da Humildade), é atribuído(a) a um indivíduo ou particular, João; é assim um predicado, ou uma propriedade, de primeira ordem (supõe-se que indivíduos ou particulares compõem a ordem zero da hierarquia ascendente de objectos). Na frase «A humildade é rara», o predicado «é rara», ou a propriedade de *ser raro* (a qualidade da Raridade), é atribuído(a) *àquela* propriedade ou qualidade; é assim um predicado, ou uma propriedade, de segunda ordem. Na frase «Ser raro é uma qualidade de segunda ordem», o predicado «é uma qualidade de segunda ordem», ou a propriedade de *ser uma qualidade de segunda ordem*, é atribuído(a) *àquela* propriedade de segunda ordem; é assim um predicado, ou uma propriedade, de terceira ordem. E assim por diante.

⁴ O que pode bem não ser o mesmo problema, pois a investigação da questão pode bem não se deixar reduzir a uma investigação de carácter estritamente linguístico. Ignoro aqui, no entanto, a complicação.

⁵ Veja-se Frege 1956, §§ 46, 52.; e Russell 1966, 232 *et seq.*

mente usada como premissa, ou como pressuposto, em alegadas refutações do chamado *argumento ontológico* para a existência de Deus.

Ou funcionará, pelo contrário, a palavra «existe», pelo menos por vezes, como um predicado de primeira ordem no sentido lógico (e não gramatical) do termo⁶, ou seja, como um predicado aplicável a, ou satisfazível por, indivíduos ou particulares? Por outras palavras, será o comportamento lógico e semântico de «existe» semelhante, pelo menos em alguns casos, ao de predicados monádicos familiares como «é azul», «é rectangular» e «pesa 80 quilos»? Uma tradição não menos respeitável, a qual inclui gente como Saul Kripke e David Kaplan (bem como, na filosofia clássica, Anselmo e Descartes), dá respostas afirmativas a questões desta natureza e subscreve a doutrina de que a existência é (ou pode ser) um predicado ou atributo de particulares.

O tópico (II) é muitas vezes assimilado à questão de saber se o conceito de existência, tal como expresso pelos nossos idiomas correntes de existência, é captado pelo quantificador existencial objectual da lógica clássica. Mas, como veremos, tal assimilação de questões não é completamente correcta. Com efeito, é possível combinar consistentemente a tese de que a existência nem sempre é uma propriedade de ordem superior com a tese de que a noção de existência é representável pelo quantificador existencial; é esse, aliás, o ponto de vista que defenderei.

III) — Há objectos não-existentes? Finalmente, uma terceira questão diz respeito à conexão entre os conceitos de *existência* e *ser*, sendo este último conceito vagamente caracterizado como cobrindo todas as entidades ou objectos, e categorias de entidades ou objectos, admissíveis; em suma, tudo aquilo que há, ou tudo aquilo que é⁷.

É a existência apenas um departamento específico do ser, compreendendo naturalmente apenas aquelas entidades que de alguma maneira são susceptíveis de uma localização no espaço e no tempo, ou que possam de algum modo figurar em cadeias causais? *Haverá*, por conseguinte, coisas ou entidades que, no entanto, *não existam* (por exemplo, objectos abstractos como números e proposições, ou seres ficcionais como cavalos alados e esfinges)? Uma determinada tradição, com origem no filósofo

⁶ A distinção entre a noção lógica e a noção gramatical é ilustrada considerando uma frase como «A baleia é um mamífero», na qual a palavra «baleia» é lógica, mas não gramaticalmente, um predicado.

⁷ Poderíamos talvez reabilitar, para os presentes propósitos, a noção de *ser* considerando-a como um predicado monádico aplicável a, e apenas a, objectos. Assim, uma frase da forma *x é* (e.g., «Teeteto é») poderia ser vista como uma abreviatura de uma frase da forma *x é um objecto* («Teeteto é um objecto»). Um objecto é tudo aquilo que pode ter propriedades, tudo aquilo do qual algo pode ser predicado: *x é um objecto se, e só se, x tem propriedades*.

austríaco Alexius Meinong⁸ e cujo mais conhecido expoente actual é o filósofo americano Terence Parsons⁹, defende que sim, que há objectos não-existentes; entre tais objectos Meinong inclui a Fonte da Juventude, a Montanha Dourada, O actual Rei de França, unicórnios, e mesmo *impossibilia* como quadrados redondos e homens magros gordos. Uma das motivações tradicionais para a admissão de tais objectos é simplesmente a de que, sem eles, o *puzzle* da existência não teria uma solução satisfatória: para que uma frase como «O abominável Homem das Neves existe» possa exprimir uma falsidade, e para que uma frase como «Pégaso não existe» possa exprimir uma verdade, é supostamente necessário haver algo, respectivamente o abominável homem e o alado cavalo, que seja denotado e designado (respectivamente) pelos sujeitos gramaticais das frases e que não satisfaça e satisfaça (respectivamente) os seus predicados.

Outros filósofos, entre os quais estão Russell e Willard Quine¹⁰, defendem que não e subscrevem a doutrina rival segundo a qual ser e existência coincidem, isto é, a doutrina de que existe tudo aquilo que há; ou ainda, numa formulação talvez mais obscura mas também mais tradicional, a doutrina de que existe tudo aquilo que *é*¹¹. Mas, nesse caso, e se não quisermos de todo ser nominalistas e se quisermos rejeitar a tese de que há apenas particulares materiais, será que devemos admitir objectos abstractos entre os existentes, utilizando assim um conceito de existência cuja subsunção por algo não implique uma sua identificação possível no espaço-tempo? Parece que estamos então condenados a ter de escolher entre o nominalismo, de um lado, e a doutrina dos objectos não-existentes, do outro (argumentavelmente, este é um falso dilema).

2. Tomarei o tópico (I) como *pivot*; e, no decurso da sua discussão, direi alguma coisa sobre os tópicos relacionados (II) e (III). Não deixa de ser útil notar que, dada a caracterização precedente das questões centrais da área, na nossa discussão confluem necessariamente diversas disciplinas filosóficas: a lógica filosófica está envolvida, pois o tópico (I) pertence-lhe, pelo menos parcialmente; a filosofia da linguagem e a semântica estão envolvidas, pois o tópico (II) pertence-lhes, pelo menos parcialmente; e a metafísica também está envolvida, pois o tópico (III) é, por excelência, um tópico seu.

É sensato começar pelo caso mais simples, o qual é sem dúvida o caso de frases da categoria (c) atrás referida. Tomemos como exemplares dessa categoria as frases existenciais gerais, afirmativa e negativa:

⁸ Meinong 1960.

⁹ Parsons 1980.

¹⁰ Quine 1980.

¹¹ Uma maneira menos obscura de exprimir a tese é formulando-a como a tese condicional *se x é um objecto, então x existe*. Veja-se nota 6.

- 1) Mamíferos voadores existem.
- 2) Unicórnios não existem.

Um ponto de vista bastante divulgado é o de que a forma lógica de frases deste género é correctamente especificada pelas formalizações que elas habitualmente recebem na lógica clássica de primeira ordem, as quais são respectivamente as seguintes (bastante frequentes nos usuais compêndios de lógica):

- 1*) $\exists x (Mx \wedge Vx)$
- 2*) $\neg \exists x Ux$;

as letras predicativas monádicas M , V , U correspondem aqui aos predicados monádicos «é um mamífero», «voa» e «é um unicórnio». A intuição de que (1) e (2) exprimem ambas verdades é imediatamente sancionada sem quaisquer problemas por regimentações deste tipo. Naturalmente, teríamos exactamente as mesmas simbolizações para frases como (respectivamente) «Há mamíferos voadores» e «Não há unicórnios», as quais poderiam assim ser vistas como meras reformulações de (1) e (2), talvez mais próximas do coloquial.

Neste ponto de vista, o verbo «existir» não é, pelo menos no que respeita ao tipo de contextos em questão, um predicado no sentido lógico do termo; ou seja, não é de todo simbolizável por meio de uma letra predicativa monádica da linguagem da lógica de primeira ordem. Assim, no que respeita à forma lógica, «existem» não se comporta em (1) e (2) como, por exemplo, «fazem barulho» e «voam» se comportam em frases como «Mamíferos voadores fazem barulho» e «Unicórnios não voam»¹². Nas formalizações propostas, o verbo «existir» tem como contraparte o quantificador existencial, \exists , o qual *pode* aí ser visto como um predicado de segunda ordem caracterizado da seguinte maneira. Trata-se daquele predicado que é verdadeiro de um dado predicado de primeira ordem P se, e só se (sse), P é verdadeiro de pelo menos um indivíduo num dado domínio de indivíduos (equivalentemente, sse a *extensão* de P nesse domínio é uma subclasse não-vazia do domínio). Assim, uma frase como (1) poderia ser reescrita como uma predicação de segunda ordem do género «O predicado «mamífero voador» é verdadeiro de pelo menos um indivíduo», cujo predicado «é verdadeiro de pelo menos um indivíduo» corresponderia de algum modo ao quantificador existencial e seria um predicado de predicados.

Se preferirmos o modo ontológico, podemos dizer que ao quantificador existencial está associada uma propriedade de segunda ordem caracterizada

¹² Estas são simbolizadas através de quantificações universais de condicionais em cujas consequentes ocorrem letras predicativas monádicas interpretáveis como os predicados portugueses «faz barulho» e «voa».

da seguinte maneira: é aquela propriedade que é exemplificada por uma dada propriedade de primeira ordem Ψ sse Ψ é exemplificada por pelo menos um item. Uma frase como (1) poderia ser então reescrita como uma predicação de segunda ordem do género «A propriedade de *ser um mamífero voador* é exemplificada por pelo menos um indivíduo», cujo predicado «é exemplificada por pelo menos um indivíduo» corresponderia ao quantificador existencial e introduziria uma propriedade de propriedades. Ou ainda, se preferirmos a formulação clássica de Frege, podemos dizer que ao quantificador existencial está associado um conceito (fregeano) de segunda ordem caracterizado da seguinte maneira: é aquele conceito que é subsumido por um dado conceito de primeira ordem C sse pelo menos um objecto cai debaixo de C . Uma frase como (1) poderia ser então reescrita como uma predicação de segunda ordem do género «O conceito *mamífero voador* é um conceito sob o qual cai pelo menos um indivíduo», cujo predicado «é um conceito sob o qual cai pelo menos um indivíduo» corresponderia ao quantificador existencial e introduziria um conceito de conceitos. Pelo seu lado, uma frase como (2) estabeleceria o seguinte (afirmando, de acordo com as preferências ontológicas de cada um, algo acerca de predicados, ou acerca de propriedades, ou acerca de classes, ou acerca de conceitos): que o predicado monádico «unicórnio» não se aplica a nada; que a propriedade de *ser um unicórnio* não é exemplificada por nenhum item; que a classe dos unicórnios é vazia; ou que nenhum objecto cai debaixo do conceito de primeira ordem *Unicórnio*¹³.

Um problema que este ponto de vista tem alegadamente de enfrentar é simplesmente o de que uma frase como (1) parece afirmar algo acerca de certas criaturas, mamíferos voadores, e não algo acerca de um conceito, uma classe, um predicado, ou uma propriedade. Todavia, a objecção é infundada. Se o sentido no qual se diz que (1) afirma algo acerca de certas criaturas é o sentido no qual a existência dessas criaturas é de algum modo pressuposta pela frase, então uma frase como (2), da qual também se deveria dizer que é acerca de certas criaturas, unicórnios, pressuporia igualmente a existência das criaturas em questão, o que é manifestamente absurdo. E se não é esse o sentido no qual se diz que as frases são acerca de algo, então qual é? A pergunta parece não ter uma resposta clara. Um problema aparentemente mais sério para esse ponto de vista, o qual deixarei aqui de lado, é o de que uma pessoa pode bem acreditar que mamíferos voadores existem sem que essa sua crença seja uma crença acerca de um conceito, uma classe, um predicado, ou uma propriedade; a pessoa em questão pode bem ser céptica quanto à existência de entidades dessas, ou pura e simplesmente não ser

¹³ No caso de Russell, teríamos as seguintes reformulações de (1) e (2): «A função proposicional x é um *mamífero voador* é verdadeira às vezes» e «A função proposicional x é um *unicórnio* nunca é verdadeira».

sofisticada ao ponto de possuir o conceito de um conceito, de uma classe, de um predicado, ou de uma propriedade.

Uma determinada generalização do ponto de vista a frases existenciais singulares dos tipos (a) e (b), a qual foi de algum modo proposta por Frege e Russell e a qual consiste numa redução da forma lógica dessas categorias de frase à forma lógica de frases do tipo (c), teria as seguintes consequências (se fosse correcta). Relativamente ao tópico (II), uma vindicação da doutrina de que a existência não é (nunca) um predicado de particulares. E, relativamente ao tópico (III), uma vindicação da doutrina de que não há qualquer distinção admissível a fazer entre existir e ser (ou subsistir): tanto os idiomas correntes do ser («há») como os da existência («existe») seriam exaustivamente representáveis pelo quantificador existencial; e a afirmação «Há coisas que não existem» adquiriria, por conseguinte, o estatuto de uma auto-contradição. Por uma questão de conveniência, referir-nos-emos à generalização intencionada como concepção russelliana da existência; e regressaremos a ela mais adiante.

Todavia, formalizações no estilo de (1*) e (2*), apesar de suscitarem um elevado grau de consenso, não são de modo algum obrigatórias e a concepção genérica acima descrita pode naturalmente ser disputada. Com efeito, pode-se subscrever um ponto de vista segundo o qual, dado um certo conjunto de suposições de natureza meinongiana, a forma lógica de frases como (1) e (2) é antes dada em formalizações do seguinte género (reconhecida-mente pouco canónicas, pelo menos a julgar pela frequência com que ocorrem nos habituais compêndios de lógica). Para (1), temos a fórmula

$$1^{**}) \exists x ((Mx \wedge Vx) \wedge Ex).$$

Para (2), dada a ambiguidade da negação entre negação predicativa (ou de âmbito curto) e uma negação frásica (ou de âmbito longo), temos duas possibilidades:

$$2a^{**}) \exists x (Ux \wedge \neg Ex)$$

$$2b^{**}) \forall x (Ux \rightarrow \neg Ex);$$

aqui M , V , U são interpretadas como anteriormente, mas há uma nova letra predicativa monádica, E , a qual corresponde ao predicado gramatical «existem».

Poder-se-ia pensar em utilizar uniformemente fórmulas condicionais quantificadas universalmente, em vez de conjunções quantificadas existencialmente, representando assim ambas as frases (1) e (2) como proposições universais, afirmativa a primeira e negativa a segunda (com (2) a ser regimentada como (2b**)); e espelhando assim, aparentemente, a gramática de superfície das frases portuguesas. O problema é que, dadas as características semânticas da condicional material, uma fórmula como $\forall x (Qx \rightarrow Ex)$, a

qual simbolizaria a frase intuitivamente falsa «Quadrados redondos existem», seria verdadeira numa interpretação na qual não houvesse quadrados redondos no domínio de quantificação. E este é um resultado claramente indesejável; pois seria de esperar que da suposição de não haver quadrados redondos, a qual é adoptada em certas versões da doutrina meinongiana, se seguisse simplesmente a não-existência de quadrados redondos: aquilo que não subsiste também não existe. Por conseguinte, e para obter uma desejável uniformidade, uma proposta possível seria a seguinte. Uma frase da forma geral «Existem F » seria regimentada como $\exists x (Fx \wedge Ex)$ e uma frase da forma «Não existem F » seria regimentada como a negação frásica $\neg \exists x (Fx \wedge Ex)$. Para casos como o dos unicórnios, (2b**) simbolizaria a frase (2); supondo que a ideia é que há dessas criaturas mas elas não existem, (2b**) seria verdadeira na interpretação intencionada (e a negação predicativa (2a**) seria dela derivável como conclusão). E a quantificação existencial $\exists x (Ux \wedge Ex)$, falsa na interpretação intencionada, simbolizaria naturalmente a frase «Unicórnios existem». Para casos como o dos quadrados redondos, a fórmula $\exists x (Qx \wedge Ex)$ simbolizaria a frase «Quadrados redondos existem»; supondo que a ideia é agora a de que não há coisas dessas, essa fórmula seria falsa na interpretação intencionada. E a negação frásica correspondente, $\neg \exists x (Qx \wedge Ex)$, verdadeira na interpretação intencionada, simbolizaria naturalmente a frase «Quadrados redondos não existem».

Uma alternativa possível a este género de proposta, que não irei aqui explorar, seria a de abdicar da quantificação clássica, bem como da maneira associada de formalizar proposições universais, e utilizar antes a quantificação generalizada, recorrendo por exemplo a quantificadores generalizados *binários*. Estes teriam de ser dotados de uma semântica tal que uma fórmula como $Ux (Qx ; Ex)$, que simbolizaria a frase «Quadrados redondos existem» e em que U é o quantificador universal binário, fosse falsa numa interpretação cujo domínio não contivesse quadrados redondos. Formalizações adequadas de (1) e (2) poderiam ser então dadas (respectivamente) nas fórmulas

- 1***) $Ux (Mx \wedge Vx ; Ex)$
 2***) $Ux (Ux ; \neg Ex)$.

Em todo o caso, note-se que, à luz do tipo de proposta em questão, (1) e (2) já não são equivalentes a «Há mamíferos voadores» e «Não há unicórnios», cujas regimentações são agora dadas precisamente nas fórmulas (1*) e (2*) (respectivamente); de facto, (2b**) teria uma interpretação natural na qual seria avaliada como verdadeira, enquanto que (2*) seria avaliada como falsa nessa interpretação.

No ponto de vista subjacente ao estilo de formalizações (1**) e (2b**), o verbo «existir» é realmente um predicado no sentido lógico do termo, ou seja, é simbolizável por meio de uma letra predicativa monádica da linguagem da lógica de primeira ordem; assim, no que respeita à forma lógica,

«existem» comporta-se de facto em (1) e (2) exactamente como, por exemplo, «fazem barulho» e «voam» se comportam em frases como «Mamíferos voadores fazem barulho» e «Unicórnios não voam». Nas formalizações propostas, o verbo «existir» não tem de todo como contraparte o quantificador existencial, \exists , cujas variáveis ligadas tomam antes valores sobre o domínio mais inclusivo do ser, a totalidade daquilo que há ou daquilo que subsiste; aquele verbo funciona como um predicado genuíno, um predicado directamente aplicável a coisas, mas verdadeiro de apenas algumas coisas de entre a totalidade das coisas que há.

Uma determinada generalização desse ponto de vista a frases existenciais singulares dos tipos (a) e (b), a qual é de algum modo proposta por Meinong e seus seguidores e a qual consiste em tratar «existe» ao ocorrer em frases dessas de acordo com o tipo de tratamento dado a frases da categoria (c), teria as seguintes consequências (se fosse correcta). Relativamente ao tópico (II), uma vindicação da doutrina de que a existência é invariavelmente um predicado de particulares. E, relativamente ao tópico (III), uma vindicação da doutrina de que há uma distinção substantiva a fazer entre existência e ser, sendo aquela uma simples província deste. O domínio de quantificação é, recorrendo a uma expressão de Heidegger (a qual não é, obviamente, usada por ele desta maneira!), a «casa do ser». E aquilo que faz o predicado de primeira ordem «existe» é extrair desse domínio a classe daqueles objectos que têm o atributo especial da existência. Há assim um divórcio entre o idioma «há», representável pelo quantificador existencial, e o idioma «existe», representável pelo predicado monádico E . Consequentemente, a afirmação «Há coisas que não existem», formalizável como $\exists x \neg Ex$, não exprime já uma auto-contradição, mas antes uma verdade importante; trata-se de uma consequência lógica, por generalização existencial, da verdade expressa por uma frase como «Pégaso não existe». Por uma questão de conveniência, referir-nos-emos à generalização intencionada como concepção meinongiana da existência; e regressaremos a ela mais adiante.

3. Consideremos agora o caso de afirmações existenciais singulares da categoria (b), e tomemos as seguintes frases como representativas dessa categoria:

- 3) O actual Rei de Inglaterra existe.
- 4) O décimo planeta do sistema solar não existe.

A intuição relativamente a estas frases, intuição essa que qualquer teoria adequada deve de algum modo sancionar ou explicar, é a de que, dada a maneira como o mundo é, a frase afirmativa (3) exprime uma falsidade e a frase negativa (4) uma verdade. Com efeito, a este último respeito, no fim do século passado os astrónomos julgaram ter descoberto mais um planeta no sistema solar e chamaram-lhe «Vulcão»: muito provavelmente, ou pelo

menos assim o supomos, não existe um tal planeta; e, em relação a (3), tudo indica que o presente monarca inglês não é do sexo masculino.

Uma das maneiras mais conhecidas de realizar a estratégia atrás aludida de subsumir o caso de frases deste género no caso de frases da categoria (c), de modo a vindicar também aí a tese de que a existência não é um predicado, é aquela cujo traço distintivo é um recurso à teoria das descrições de Russell¹⁴. *Grosso modo*, a teoria das descrições de Russell trata o artigo definido no singular, tal como ocorre em frases declarativas da forma $\ulcorner O F \acute{e} G \urcorner$ (em que F e G são predicados monádicos), como um quantificador existencial ao qual é, no entanto, acrescentada uma condição de unicidade (ou seja, uma condição a ser satisfeita por uma, e só por uma, coisa). Assim, frases daquela forma são interpretadas como estabelecendo o seguinte: há um objecto (num dado domínio de objectos) que satisfaz o predicado F , mais nenhum objecto (nesse domínio) satisfaz F , e o objecto em questão satisfaz o predicado G . E a formalização que tais frases usualmente recebem na linguagem da lógica de primeira ordem com identidade é a dada na fórmula $\exists x (Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x) \wedge Gx)$. Ilustrando, a frase portuguesa «O actual Presidente da República Portuguesa é do Sporting» é, simplificando um pouco, simbolizável como $\exists x (Px \wedge \forall y (Py \rightarrow y = x) \wedge Sx)$ (com as letras predicativas P e S a corresponderem aos predicados «é presentemente um Presidente da República Portuguesa» e «é do Sporting»).

Uma característica importante da teoria de Russell é que, por seu intermédio, é possível eliminar de forma elegante como espúrios alegados compromissos ontológicos com putativas entidades denotadas por descrições definidas ao ocorrerem em frases na posição de sujeito gramatical. Com efeito, a forma gramatical não é aqui, como em muitos outros casos, um guia fidedigno para discernir a forma lógica. A forma lógica de uma frase do tipo $\ulcorner O F \acute{e} G \urcorner$ não é, como é de certo modo sugerido pela sua forma gramatical, idêntica à de uma frase do tipo $\ulcorner a \acute{e} G \urcorner$, em que a é um nome próprio. Da verdade de uma frase do último género segue-se, à luz da semântica habitual, que há um certo item designado pelo nome a e que esse item satisfaz o predicado G . Porém, a verdade de uma frase do tipo $\ulcorner O F \acute{e} G \urcorner$ não tem tais consequências; pois não se trata, na realidade, de uma predicação monádica, mas antes de uma quantificação existencial de um certo tipo. Assim, por exemplo, da verdade de uma frase que contenha a descrição «O filósofo português que bebeu a cicuta» na posição de sujeito gramatical não se segue necessariamente qualquer admissão, na nossa ontologia, de uma putativa pessoa possível como *o filósofo português que bebeu a cicuta* a qual é alegadamente denotada pela descrição e a qual satisfaz o material restante contido na frase.

¹⁴ Não considerarei aqui um procedimento diferente que pode ser seguido para o mesmo propósito, o qual se inspira nas ideias de Frege.

No caso particular de frases em que «existe» ou «não existe» aparecem na posição do predicado G , as formalizações são mais simples; basta ter em conta, de acordo com o ponto de vista sob consideração, a redundância conceptual da condição de existência em relação à quantificação. Assim, frases da forma geral «O F existe» e «O F não existe» recebem as seguintes formalizações (respectivamente): $\exists x (Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x))$, que se pode ler: «Há um, e apenas um, F »; e $\neg \exists x (Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x))$, que se pode ler: «Ou não há de todo F , ou então há mais do que um F ». Note-se, em relação ao último caso, que não há lugar para uma interpretação admissível da negação em que esta é interior, ou seja, em que lhe é dado âmbito curto relativamente ao quantificador existencial: a fórmula $\exists x (Fx \wedge \neg \forall y (Fy \rightarrow y = x))$, a qual se pode ler «Há mais do que um F », é claramente insuficiente como formalização de «O F não existe». Também aqui, e agora com especial relevância, da verdade de uma frase como «O filósofo português que bebeu a cicuta não existe» não se segue de todo que haja uma pessoa, *o filósofo português que bebeu a cicuta*, que é designada pela descrição «O filósofo português que bebeu a cicuta» e que satisfaz o predicado «não existe». Quine formula o ponto dizendo que a teoria das descrições de Russell permite erradicar definitivamente a falácia «infame» a que ele dá o nome de *barba de Platão*¹⁵. Trata-se da transição aparentemente ilegítima que consiste em inferir a conclusão de que o não-ser (*o filósofo português que bebeu a cicuta*) tem que de algum modo ser a partir da premissa de que, se tal não fosse o caso, então não poderíamos sequer dizer com verdade que o não-ser não é (afirmar que o filósofo português que bebeu a cicuta não existe)¹⁶.

Aplicando agora o aparato da teoria das descrições às frases (3) e (4), a ideia é então a de que a forma lógica dessas frases é especificada nas formalizações

- 3*) $\exists x (Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow y = x))$
 4*) $\neg \exists x (Dx \wedge \forall y (Dy \rightarrow y = x))$,

em que as letras predicativas R, D correspondem aos predicados «é presentemente um Rei de Inglaterra» e «é um décimo planeta do sistema solar» (os quais, para simplificar, se tomam como predicados logicamente simples). E a intuição de que (3) é falsa e (4) é verdadeira é plenamente preservada: no

¹⁵ Veja-se Quine 1980.

¹⁶ Deve-se observar, no entanto, que nem toda a frase portuguesa da forma «O F (não) existe» é susceptível de ser analisada à maneira de Russell. Excepções são dadas em frases como, por exemplo, «O panda vermelho existe» e «O urso polar castanho não existe». De facto, frases destas são antes subsumíveis na categoria (c), uma vez que são plausivelmente parafraseáveis como «Há pandas vermelhos» e «Não há ursos polares castanhos». Em todo o caso, tais excepções não parecem representar qualquer problema para o ponto de vista russelliano.

primeiro caso, porque nada satisfaz R ; no segundo, porque nada satisfaz D . Neste estilo de formalizações, o verbo «existir» tem como contraparte o quantificador existencial, \exists , o qual pode aí continuar a ser visto como um predicado de ordem superior caracterizado de qualquer uma das maneiras atrás delineadas; o único elemento novo, em relação à simbolização de frases da categoria (c), é a condição de unicidade, a qual é introduzida pelo artigo definido singular e representada, nas formalizações proporcionadas, por meio de uma combinação de quantificação universal e identidade. Assim, recorrendo à terminologia fregeana, poderíamos por exemplo dizer que a frase (3) é *acerca de um conceito*, o conceito *Actual Rei de Inglaterra*, e estabelece que debaixo desse conceito cai um único objecto (o que não se verifica). Ou, recorrendo ao idioma russelliano, poderíamos por exemplo dizer que a frase (4) é *acerca de uma função proposicional*, a função proposicional *x é um décimo planeta do sistema solar*, e estabelece que não é o caso que essa função proposicional seja verdadeira de um único item (o que se verifica). Em suma, em contextos do tipo ilustrado pelas frases (3) e (4), a palavra «existe» funciona exactamente como funciona em contextos do tipo ilustrado pelas frases (1) e (2), como um predicado de ordem superior (o quantificador existencial).

Porém, a estratégia geral de subsunção da categoria (b) de frases na categoria (c) pode igualmente ser prosseguida, do ponto de vista meinongiano, precisamente na direcção oposta: com vista a vindicar também aí a tese de que a existência é invariavelmente um predicado de particulares, bem como a associada concepção da existência como subclasse própria do ser.

Dada, nesse ponto de vista, a não-redundância conceptual da condição de existência em relação à quantificação, a qual percorre o domínio mais vasto do ser, formalizações possíveis que se sugerem naturalmente para frases da forma geral «O F existe» e «O F não existe»¹⁷ são as seguintes. Para o primeiro caso, temos a fórmula $\exists x (Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x) \wedge Ex)$, que se pode ler: «Há um, e apenas um, F e ele existe». Para o segundo caso, há de novo uma complicação porque aquela forma é ambígua entre as seguintes interpretações: uma em que a negação é externa, a qual é dada na fórmula $\neg \exists x (Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x) \wedge Ex)$, que se pode ler: «Não é o caso que haja um, e apenas um, F e ele exista»; e outra em que a negação é interna, a qual é dada na fórmula $\exists x (Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x) \wedge \neg Ex)$, que se pode ler: «Há um, e apenas um, F e ele não existe». Todavia, se a doutrina meinongiana for caracterizada da maneira tradicional, como subscrevendo algo como a *barba de Platão*, então é a segunda interpretação que serve esse propósito¹⁸. Escu-

¹⁷ Para efeitos de comparação, conservo o estilo geral de regimentação russelliana acima introduzido; embora tal não seja de todo obrigatório.

¹⁸ Todavia, se a doutrina meinongiana é caracterizada como não admitindo quadros redondos (digamos) no domínio de quantificação, então será apenas a negação externa ou frásica aquela que é adequada para simbolizar a frase «O quadrado redon-

sado será dizer, a *barba de Platão* já não é vista como uma falácia nessa doutrina, desde que seja submetida à seguinte reformulação: «O não-existente tem que de algum modo *ser*; caso contrário, não poderíamos sequer afirmar com verdade a seu respeito que não existe». Com efeito, só naquele género de interpretação é que a verdade de uma frase da forma «O *F* não existe¹» implica logicamente que há algo como *o F*, ou que *o F* é (ou *subsiste*); a primeira interpretação não tem, claramente, tais consequências. Por exemplo, da verdade de uma frase como «O filósofo português que bebeu a cicuta não existe» *segue-se* que há uma pessoa possível, *o filósofo português que bebeu a cicuta*, mas não-existente (desde que seja atribuído âmbito curto ao «não»); e, sob a mesma suposição, uma consequência lógica mais geral dessa frase é a tese meinongiana de que há coisas que não existem.

Aplicando agora estas considerações às frases (3) e (4), a ideia é então a de que a forma lógica dessas frases é dada nas formalizações

$$3^{**}) \exists x (Rx \wedge \forall y (Ry \rightarrow y = x) \wedge Ex)$$

$$4^{**}) \exists x (Dx \wedge \forall y (Dy \rightarrow y = x) \wedge \neg Ex),$$

em que as letras predicativas *R*, *D*, *E* têm as correspondências anteriores. A intuição de que (3) é falsa e (4) é verdadeira é também aqui preservada: no primeiro caso, porque presumivelmente um e um único objecto satisfaz *R* mas não satisfaz *E*; no segundo, porque presumivelmente um e um só objecto satisfaz *D* mas não satisfaz *E*. Neste estilo de formalizações, o verbo «existir» é um predicado de primeira ordem, um predicado simbolizável por meio de uma letra predicativa monádica cuja extensão, relativamente a uma interpretação, é uma certa classe de particulares: uma subclasse do domínio mais inclusivo do ser onde as variáveis quantificadas tomam valores. O único elemento novo, em relação à simbolização de frases da categoria (c), é a condição de unicidade, a qual é introduzida pelo artigo definido singular e representada, nas formalizações proporcionadas, por meio de uma combinação de quantificação universal e identidade.

4. Consideremos agora o caso, mais delicado, de afirmações de existência do tipo (a); e tomemos as seguintes frases como representativas da categoria:

- 5) Homero existe
- 6) Vulcão não existe.

do não existe»; esta frase seria verdadeira, não por haver o quadrado redondo e ele não existir, mas por não haver de todo tal coisa.

A intuição relativamente a estas frases, intuição essa que qualquer teoria adequada deve de algum modo sancionar ou explicar, é a de que, dada a maneira como o mundo é, a frase afirmativa (5) e a frase negativa (6) são ambas verdadeiras (ou, pelo menos, é isso que vamos assumir). Vejamos como é que as duas famílias de doutrinas da existência consideradas até ao momento, russelliana e meinongiana, se comportam relativamente a frases existenciais do tipo (a). Antecipando um pouco, uma vantagem desses pontos de vista reside no facto de, pelo menos a julgar pelas aparências, cada um deles dar conta dessa categoria problemática de frases de uma forma elegante e eficaz.

Recordemos que a estratégia russelliana para a categoria (b) de frases era simplesmente a de subsumi-la na categoria (c) *via* teoria das descrições. Ora, a estratégia russelliana para a categoria (a) de frases é precisamente a de subsumi-la na categoria (b). Obtém-se assim uma redução indirecta à categoria central (c) e vindica-se assim, em geral, a doutrina de que a existência não é um predicado. A subsunção em questão é executada através de um recurso a uma doutrina semântica geral acerca de nomes próprios habituais ou correntes, bem como acerca de outros tipos de designadores logicamente simples (e.g., certas palavras indexicais); convém observar que nomes próprios *correntes* são, tipicamente, nomes de particulares espaço-temporais, por exemplo pessoas, cidades, rios, animais domésticos, artefactos, etc. Essa doutrina é explicitamente adoptada por Russell e é conhecida como *teoria descritivista* do significado de nomes próprios. A ideia é basicamente a de que qualquer nome próprio corrente é, na realidade, uma abreviatura de uma certa descrição definida singular (tomada em uso atributivo); na terminologia de Russell, nomes próprios correntes são descrições *disfarçadas* ou *truncadas*. Por outras palavras, cada frase da forma $\ulcorner a \acute{e} G \urcorner$, em que a é um nome próprio corrente, é analisável em termos de uma frase da forma $\ulcorner O F \acute{e} G \urcorner$, em que $\ulcorner O F \urcorner$ é uma determinada descrição definida que a abrevia; supõe-se a este respeito, por um lado, que a descrição em questão é uma que é associada com o nome por utilizadores competentes deste, e, por outro, que o item (caso exista) que a satisfaz é o referente do nome. Naturalmente, a pretensão é a de que cada frase do tipo $\ulcorner a \acute{e} G \urcorner$ é sinónima de, ou é analiticamente equivalente a, uma frase do tipo $\ulcorner O F \acute{e} G \urcorner$.

No caso de frases em que «existe» ou «não existe» aparecem na posição do predicado G , as formalizações russellianas são obtidas em dois estádios. Frases da forma $\ulcorner a \text{ existe} \urcorner$ e $\ulcorner a \text{ não existe} \urcorner$ são, em primeiro lugar, analisadas em termos de certas frases da forma $\ulcorner O F \text{ existe} \urcorner$ e $\ulcorner O F \text{ não existe} \urcorner$; e depois, após a aplicação a estas últimas do tratamento geral dado a frases do tipo (b), são alcançadas as formalizações finais $\exists x (Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x))$ e $\neg \exists x (Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y = x))$: estas formalizações são vistas como proporcionando a forma lógica das frases originais. Assim, supondo que os nomes correntes «Homero» e «Vulcão» são contracções de descrições definidas

como (digamos) «O poeta grego que escreveu *A Ilíada* e *A Odisseia*» e «O décimo planeta do sistema solar» (respectivamente), obtemos as seguintes regimentações para as frases (5) e (6):

$$\begin{aligned} 5^*) & \exists x (Ix \wedge \forall y (Ix \rightarrow y = x)) \\ 6^*) & \neg \exists x (Dx \wedge \forall y (Dy \rightarrow y = x)); \end{aligned}$$

em que as letras predicativas *I*, *D* correspondem aos predicados «é um poeta grego que escreveu *A Ilíada* e *A Odisseia*» e «é um décimo planeta do sistema solar». A intuição de que (5) e (6) exprimem ambas verdades é plenamente preservada: no primeiro caso, porque uma só pessoa (Homero) satisfaz *I*; no segundo, porque nada satisfaz *D*. Neste estilo de formalizações, o verbo «existir» tem como contraparte o quantificador existencial, o qual pode aí continuar a ser visto como um predicado de ordem superior. Assim, poderíamos por exemplo dizer que a frase (5) é acerca de um conceito, o conceito *Poeta Grego que escreveu A Ilíada e A Odisseia*, e estabelece que debaixo desse conceito cai um único objecto. Em suma, em contextos do tipo ilustrado pelas frases (5) e (6), a palavra «existe» funciona exactamente como funciona em contextos do tipo ilustrado pelas frases (1) e (2), como um predicado de ordem superior (o quantificador existencial).

5. Examinemos agora um dos argumentos mais frequentemente usados para rejeitar a doutrina de que «existe» é aquilo que parece ser ao ocorrer em frases como (5) e (6), designadamente um predicado monádico de primeira ordem, e para suportar o ponto de vista reducionista russelliano. O argumento é o seguinte. Se frases existenciais singulares afirmativas como (5) fossem vistas como tendo a forma lógica de predicacões monádicas, então, se verdadeiras, seriam invariavelmente não-informativas ou triviais (num certo sentido). Com efeito, em traços largos, o seguinte tipo de especificação de condições de verdade para predicacões monádicas é consensual. Uma predicacão monádica *Fa* é verdadeira sse há um objecto *x* tal que o termo singular *a* designa *x* e o predicado *F* aplica-se a *x*. Por conseguinte, (5) é verdadeira sse há uma pessoa designada pelo nome «Homero» e o predicado «existe» aplica-se a essa pessoa. Ora, supondo que não há objectos não-existentes (e logo que não é possível referir tais objectos), se soubermos que o nome «Homero» designa algo, que há uma pessoa referida pelo nome, então estabelecemos *eo ipso* (5) como verdadeira. E é esse o sentido no qual uma frase como (5) é não-informativa ou trivial: temos, por hipótese, o objecto denotado; atribuir depois a existência a esse objecto não acrescenta nada de novo, não traz nada que não soubéssemos antes. Compare-se com uma predicacão monádica como «Homero embebedou-se»; aqui a mera informação de que «Homero» é um nome não-vazio não é manifestamente suficiente para determinar a frase como verdadeira. Todavia, parece óbvio que frases existenciais positivas verdadeiras como (5) são de algum modo

informativas; logo, condições de verdade que as façam surgir como triviais são as condições de verdade erradas. Por outro lado, analogamente, se frases existenciais singulares negativas como (6) fossem vistas como tendo a forma lógica de predicacões monádicas, então, se verdadeiras, seriam invariavelmente não-informativas ou triviais (no sentido introduzido). Com efeito, se lhes aplicarmos a especificação *supra* de condições de verdade, obtemos o seguinte. (6) é verdadeira sse, ou não há qualquer objecto designado pelo nome «Vulcão», ou então há um tal objecto mas ele não satisfaz o predicado «existe». Ora, supondo de novo que não há objectos não-existentes, o último ramo da disjunção é necessariamente falso. Logo, basta sabermos que (6) é verdadeira para estabelecermos a conclusão de que o nome «Vulcão» não designa nada, que não há qualquer objecto referido pelo nome. Compare-se com uma predicacão negativa como «Homero não bebeu a cicuta»; aqui a mera informação de que a frase é verdadeira não é manifestamente suficiente para estabelecer que «Homero» é um nome vazio. Todavia, parece óbvio que frases existenciais negativas verdadeiras como (6) são de algum modo informativas; logo, condições de verdade que as façam surgir como triviais são as condições de verdade erradas. Estas dificuldades resultam da ideia de que frases existenciais singulares têm a forma lógica de predicacões monádicas; e alega-se que elas são completamente superadas num ponto de vista, o russelliano, na qual essa ideia é abandonada e substituída pela doutrina de que essas frases têm de facto a forma lógica de quantificações existenciais. Nesse ponto de vista, o carácter potencialmente informativo de (5) seria prontamente explicado: pode ser uma novidade saber que sob o conceito *Poeta Grego que escreveu A Ilíada e A Odisseia* (ou algo do género) cai uma, e apenas uma, pessoa (*mutatis mutandis* em relação à verdade e à natureza potencialmente informativa de (6)).

É possível encontrar argumentos com o mesmo género de inspiração em Kant e Russell. Na *Crítica da Razão Pura*¹⁹, Kant defende a ideia de que a existência não é uma característica real de um objecto. E isto é entendido no seguinte sentido: adicionar a existência ao nosso conceito de um objecto dado — àquilo que já sabemos acerca do objecto, e.g., que é um tigre, que é carnívoro, que é um mamífero, etc. — não acrescenta nada de novo, nada de informativo, ao conceito; enquanto que adicionar a esse conceito uma característica «genuína» — e.g., a propriedade de ser um felino — acrescenta potencialmente algo de novo, algo de informativo, ao conceito do objecto. Pelo seu lado, Russell adopta a posição extrema de classificar frases da forma «*a* existe» e «*a* não existe», em que *a* é desta vez um nome *genuíno* ou *logicamente próprio* (e não um nome próprio corrente), como sendo simplesmente destituídas de sentido²⁰. Nomes genuínos nomeiam necessariamente algo: não é possível eles deixarem de referir um objecto; e, ao contrá-

¹⁹ Veja-se A590/B618 *et seq.*

²⁰ Veja-se Russell 1956, 250-2.

rio do que sucede com nomes correntes, tem-se uma garantia *a priori* de que isso é assim²¹. Logo, qualquer frase da forma $\lceil a \text{ existe} \rceil$ não pode deixar de ser verdadeira; na terminologia de David Pears²², trata-se de uma *tautologia referencial*. E, pela mesma razão, qualquer frase da forma $\lceil a \text{ não existe} \rceil$ não pode deixar de ser falsa; trata-se de uma *contradição referencial*. Estes factos constituiriam um indício de que algo está logicamente errado com tais frases, sendo destituído de sentido combinar o predicado gramatical «existe», bem como o seu complemento «não existe», com um nome logicamente próprio.

Há duas maneiras de resistir ao tipo de argumentação acima delineado. A primeira consiste em rejeitar a premissa nele usada segundo a qual não há objectos não-existentes e não é possível referir tais objectos; essa é a posição meinongiana, a qual consideraremos daqui a pouco. A segunda consiste em aceitar aquela premissa e observar que aquilo que o argumento de facto prova é apenas que «existe» é, pelo menos nos contextos sob consideração, um predicado de primeira ordem especial, um predicado que é verdadeiro de qualquer objecto; e o seu complemento «não existe» um predicado falso de qualquer objecto. Ora, argumenta-se correctamente, não há nada de errado com um predicado desse género. Aliás, existem outros casos de predicados «tautológicos», casos acerca dos quais não é plausível levantar qualquer suspeita; por exemplo, predicados como «é idêntico a si mesmo», «é verde ou não é verde» e «é verde somente se a aritmética formal for incompleta», são predicados monádicos de primeira ordem que estão «em ordem» e que se aplicam a todo o objecto. Por outro lado, o argumento russelliano parece confundir duas coisas que há que distinguir liminarmente: de um lado, o carácter não-informativo ou trivial (no sentido anterior) que uma frase existencial como (5) teria se «existe» fosse um predicado daquela natureza; do outro lado, o estatuto modal de (5), ou seja, a circunstância aparente de (5) ser uma frase necessariamente verdadeira. A primeira destas coisas poderia ser concedida ao proponente do argumento russelliano; sem que no entanto fosse vista como o sinal de um erro. Quanto à segunda, ela pode (e deve) ser rejeitada. De facto, sucede que frases verdadeiras como (5), em que o objecto referido pelo termo singular é um existente contingente (uma pessoa), não exprimem de todo verdades necessárias: uma situação contrafactual onde o referente actual do nome «Homero» — por hipótese, a pessoa Homero — não exista, é uma situação que torna (5) numa verdade contingente. O ponto pode ser reformulado da seguinte maneira. Enquanto que a afirmação *de dicto* «Necessariamente, tudo existe», ou «Necessariamente, o predicado «existe» aplica-se a todo o objecto», é verdadeira e capta a ideia de que

²¹ Note-se que os paradigmas de nomes logicamente próprios são, para Russell, nomes atribuídos por uma pessoa às suas próprias sensações e a outros particulares mentais «privados».

²² Pears 1967.

«existe» é um predicado monádico especial com aquelas características, a afirmação *de re* correspondente «Tudo existe necessariamente», ou «Todo o objecto é tal que o predicado «existe» aplica-se-lhe com necessidade», é falsa e não capta aquela ideia.

Regressaremos à posição subjacente a esta última réplica mais adiante; por agora, é bom notar que ela constitui parte de um ponto de vista que constitui uma alternativa não apenas à teoria russelliana, na medida em que é nela subscrita a tese de que a existência é uma propriedade de primeira ordem, mas também à teoria meinongiana, na medida em que nela é subscrita a tese de que não há objectos não-existentes. É esse o ponto de vista que quero aqui defender. Por uma questão de conveniência, referir-me-ei à posição em questão como teoria híbrida da existência; a razão da designação deve-se ao facto de, na teoria, o predicado de existência ser *por vezes* um predicado de predicados (supondo que o quantificador existencial o é) e *por vezes* um predicado de primeira ordem.

Em todo o caso, e independentemente do que se venha a pensar acerca daquele género de argumento anti-russelliano, há boas razões para considerar a doutrina reducionista russelliana acerca de frases existenciais do tipo (a) como uma doutrina implausível. Essas razões são basicamente as seguintes. A doutrina depende crucialmente de um ponto de vista semântico, a teoria descritivista de nomes próprios e de outros termos singulares, o qual foi convincentemente exibido como incorrecto por meio de um conjunto de conhecidos argumentos construídos por Hilary Putnam, Kripke e outros. Presentemente, são muitos os filósofos e semanticistas que tomam esses argumentos como estabelecendo, de forma cogente, a seguinte conclusão. O significado de um nome próprio, bem como o significado de (digamos) um termo para uma categoria natural, não pode de todo ser dado numa descrição definida cuja função seja a de introduzir um conjunto de propriedades gerais conjuntamente suficientes e separadamente necessárias para determinar um objecto (caso exista) como sendo o referente do nome ou do termo. O ponto de vista russelliano ou quantificacional resolveria de forma elegante e eficaz os problemas associados às afirmações existenciais do tipo (a); mas apenas *sob a suposição de que* a teoria descritivista do significado é uma teoria correcta. Infelizmente, muita coisa parece militar contra tal suposição.

6. Consideremos agora a doutrina meinongiana na sua aplicação à categoria (a) de frases. Para além de adoptar a distinção já mencionada entre quantificação e existência (*não é o caso que haja apenas aquilo que existe*), a doutrina adopta também uma distinção naturalmente associada com aquela: a distinção entre referência e existência (*não é o caso que possa ser referido apenas aquilo que existe*). A ideia é a de que, tal como é possível quantificarmos sobre objectos não-existentes, também é possível referirmo-nos a eles através do emprego de nomes próprios e de outros termos singu-

lares. Assim, de entre os objectos que compõem o domínio de quantificação, a chamada «casa do ser», alguns não existem; e, de entre estes últimos, pelo menos alguns podem ser nomeados. Dadas considerações deste género, formalizações meinongianas para frases como (5) e (6) surgem imediatamente, sendo as expressões «existe» e «não existe» tratadas aí exactamente da mesma maneira que nas frases (1)-(4), como predicados monádicos verdadeiros ou falsos de particulares. Assim, teríamos regimentações do seguinte género (respectivamente):

$$\begin{aligned} 5^{**}) & Eh \\ 6^{**}) & \neg Ev; \end{aligned}$$

em que E é como antes e h e v são constantes individuais que correspondem, numa interpretação intencionada, aos nomes «Homero» e «Vulcão». Em suma, em contextos do tipo ilustrado pelas frases (5) e (6), a palavra «existe» funciona exactamente como parece funcionar. A intuição de que (5) e (6) exprimem ambas verdades é plenamente preservada: no primeiro caso, porque há um objecto referido e ele é um dos existentes; no segundo caso, porque há um objecto referido mas ele não é um dos existentes. E a teoria não teria qualquer dificuldade em explicar o carácter potencialmente informativo de frases verdadeiras, negativas ou positivas, do tipo (a). Por conseguinte, e em geral, o caso problemático de frases do tipo (a) é igualmente acomodado numa teoria meinongiana de uma forma elegante e eficaz.

Infelizmente, a teoria possui características que a tornam pouco recomendável, pelo menos aos olhos de um número razoável de filósofos. Uma dessas características é justamente a distinção entre ser e existir, a qual é vista por muitas pessoas como sendo uma daquelas distinções às quais não corresponde qualquer diferença genuína; por exemplo, parece ser um tanto ou quanto *ad hoc* estabelecer uma diferença entre «Há pandas vermelhos no zoo» e «Existem pandas vermelhos no zoo». Outra característica negativa, a qual é de algum modo motivada pela primeira, é a exuberância ontológica, a multiplicidade de entidades admitidas por uma metafísica meinongiana. Parece não haver limites para a inflação ontológica de não-existentes caucionada pela teoria. De facto, qualquer predicado serve para introduzir objectos de uma certa categoria no reino do ser, aqueles que satisfazem o predicado, sejam eles objectos existentes ou não-existentes; e qualquer termo singular, especialmente uma descrição definida, serve para introduzir um objecto específico no reino do ser, o objecto denotado pelo termo, seja ele um objecto existente ou não-existente. Isto constitui uma ofensa para quem, como Russell, tenha um *sentido robusto da realidade*; ou para quem, como Quine, tenha um gostinho especial por *paisagens desertas*; ou ainda para quem, como a maioria dos filósofos vivos, possua fortes convicções naturalistas. Para além disso, na teoria meinongiana, a exuberância ontológica é combinada com aquilo que parece ser uma manifesta violação do princípio

conhecido como *navalha de Ockham*, o qual é considerado como um princípio regulador correcto para qualquer ontologia e o qual estabelece que não se deve multiplicar objectos *para além da necessidade*. Pode-se, por exemplo, perguntar pelo *rationale* da introdução meinongiana de *impossibilia* como quadrados redondos, ou mesmo de *possibilia* como *o filósofo português que bebeu a cicuta*. Qual é a função que esses objectos são supostos desempenhar, e que os faz alegadamente passar o teste da navalha? Tais entidades não são tornadas indispensáveis pelo facto de a sua postulação ser necessária para fins semânticos, de maneira a que a frases como «O filósofo português que bebeu a cicuta não existe» e «Não existem quadrados redondos» possam ser atribuídas condições de verdade que as façam surgir como verdadeiras; pois, como Russell e Quine nos ensinam, uma tal postulação não é de todo necessária. Em terceiro lugar, a doutrina meinongiana enfrenta dificuldades internas irreparáveis. O seguinte argumento foi avançado por Russell contra a doutrina. Tome-se o predicado «Montanha Dourada Existente». Tal como qualquer outro predicado, este predicado também introduz no reino do ser uma categoria de objectos, aqueles que o satisfazem; essa seria a categoria das Montanhas Douradas Existentes. Mas, se não existem Montanhas Douradas, então *a fortiori* também não existem Montanhas Douradas Existentes, o que é uma contradição. Uma variante do argumento é a seguinte. Dado que, na teoria de Meinong, qualquer descrição definida denota, segue-se que toda a frase da forma «O *FG* é *G*» é uma verdade lógica; e logo que a frase «A Montanha Dourada Existente existe» é uma verdade lógica. Por outro lado, dado que na teoria uma frase como «A Montanha Dourada não existe» é verdadeira, segue-se que a frase «A Montanha Dourada Existente não existe» também é verdadeira. Uma contradição explícita é assim gerada pela teoria.

No entanto, e muito embora tal esteja longe de ser suficiente para nos persuadir a aceitar a teoria, há que reconhecer que é possível refinar a teoria meinongiana de maneira a que algumas daquelas críticas sejam contrariadas²³. Assim, com respeito às duas últimas objecções, é possível impor determinadas restrições sobre os predicados disponíveis de maneira a que apenas alguns deles sejam tidos como apropriados para introduzir objectos; e a mesma manobra é aplicável a descrições definidas, uma vez que elas são compostas por predicados. Dois géneros de restrições podem ser introduzidas para o efeito. Em primeiro lugar, tem sido proposta uma distinção entre predicados nucleares, como por exemplo os predicados «quadrado» e «redondo», e predicados não-nucleares, como por exemplo «existe» e «é»²⁴. A ideia é então a de que só os predicados nucleares introduziriam objectos. Consequentemente, poderia resistir-se à terceira objecção *supra*, pois o predicado complexo «montanha dourada existente» não é um predicado

²³ Veja-se um sumário em Parsons 1995.

²⁴ Veja-se Zalta 1995.

nuclear, em virtude de conter um predicado constituinte não-nuclear, e não introduz assim quaisquer objectos no domínio. Todavia, note-se que a manobra não seria suficiente para impedir que uma descrição como «O quadrado redondo» nos comprometesse com um *impossibilia*. Em segundo lugar, poder-se-ia fazer com que a ontologia meinongiana fosse regulada pela navalha de Ockham. Assim, um predicado introduziria objectos de um certo género somente se esses objectos desempenhassem uma certa função numa dada teoria aceitável do mundo, ou fossem indispensáveis para certos fins teóricos ou científicos. Isto permitiria presumivelmente excluir de uma metafísica meinongiana *impossibilia* como quadrados redondos e putativos *possibilia* como *O filósofo português que bebeu a cicuta* e *O actual Rei de Inglaterra*. Mas, por outro lado, permitiria presumivelmente conservar objectos abstractos como proposições e propriedades, com base na sua indispensabilidade para fins de semântica e psicologia, e ainda certos *possibilia* como *A pessoa que teria surgido caso este espermatozóide tivesse fecundado este óvulo*, com base na sua indispensabilidade para acomodar alguns dos nossos idiomas contrafactuais. Por conseguinte, e em geral, afinal sempre poderia haver limites, mesmo do ponto de vista meinongiano, para a introdução de objectos não-existent; e poderia assim resistir-se às críticas do segundo género. Finalmente, em relação ao primeiro género de objecções, o teórico meinongiano poderia argumentar que a sua distinção entre ser e existir permitir-lhe-ia, assumida por exemplo a indispensabilidade de certos tipos de objectos abstractos (como números, classes, e proposições), afirmar que há objectos desses sem estar por isso obrigado a fazer a afirmação um tanto chocante de que *existem* objectos desses; ilustrando, para ele seria então verdade que há números pares primos mas falso que tais números existem. Porém, esta réplica não é completamente convincente. Ela depende criticamente de uma noção de existência restrita a objectos identificáveis, pelo menos em princípio, no espaço e no tempo (e/ou a objectos causalmente eficazes). Ora, tal restrição pode ser plausivelmente abandonada, sendo a distinção *supra* tornada assim redundante. Com efeito, é possível introduzir de forma coerente uma noção de existência de natureza puramente lógica, sem quaisquer conotações espaço-temporais ou causais; e, à luz dessa noção, tanto pode ser verdadeira a afirmação de que pessoas canhotas existem como pode ser verdadeira a afirmação de que números pares primos existem.

7. Resta-me dizer alguma coisa sobre aquela posição no espaço lógico a que chamei teoria híbrida da existência, a qual julgo representar uma alternativa credível quer em relação ao ponto de vista russelliano quer em relação ao ponto de vista meinongiano. Apesar de haver uma diversidade de versões possíveis, tomarei uma teoria híbrida como sendo caracterizável pelas seguintes teses: quanto ao tópico (III), pela tese (F) de que todo o objecto

existe; quanto ao tópico (II), pela tese (H*) de que há contextos nos quais o verbo «existir» funciona como um predicado de primeira ordem; finalmente, quanto ao tópico (I), pela tese associada (H**) de que frases existenciais do tipo (a) têm uma forma lógica distinta daquela que é atribuível a frases existenciais das outras categorias: nomeadamente, elas têm a forma de predicacões monádicas.

Tomemos, em primeiro lugar, a tese (H**). E consideremos para o efeito frases da forma « a existe» e « a não existe», em que a é um termo singular logicamente simples (para os nossos propósitos, basta considerar o caso em que a é um nome próprio corrente). Regimentações que poderiam ser propostas numa teoria híbrida para frases deste género inspiram-se numa sugestão feita por Quine²⁵ numa direcção completamente diferente, e são dadas (respectivamente) nas seguintes fórmulas da lógica de primeira ordem com identidade: $\exists x a = x$ e $\neg \exists x a = x$. A primeira fórmula pode-se ler « a é idêntico a pelo menos um objecto no domínio», ou « a é o valor de uma (alguma) variável»; e a segunda fórmula pode-se ler «Todo o objecto no domínio é distinto de a », ou « a não é o valor de uma (nenhuma) variável». Assim, a forma lógica das nossas frases existenciais singulares (5) e (6) seria especificada do seguinte modo (respectivamente)

$$\begin{aligned} 5^{***}) & \exists x h = x \\ 6^{***}) & \neg \exists x v = x, \end{aligned}$$

com as constantes individuais h e v a serem interpretadas como antes.

Alternativamente, poderia equipar-se a linguagem da lógica de primeira ordem com identidade com uma nova constante predicativa monádica E de existência, a qual seria definida contextualmente da seguinte maneira: $Et \equiv \exists x t = x$ (em que t é um termo dessa linguagem). O predicado de existência E seria assim dotado de uma semântica fixa, i.e., constante ao longo de interpretações, o que pode ser visto como uma marca característica de uma noção lógica (sendo, a esse respeito, um predicado análogo ao predicado binário de identidade). A extensão de E , relativamente a uma interpretação dada, seria justamente a classe de todos aqueles objectos, e só daqueles objectos, que pertencem ao domínio da interpretação em questão; por outras palavras, o predicado de existência é verdadeiro de todo o objecto no domínio (e só de objectos no domínio). Por conseguinte, a forma lógica de frases do tipo « a existe» e « a não existe» poderia ser especificada, de forma equivalente, através de fórmulas do género Ea e $\neg Ea$; deste modo, formalizações alternativas, mas logicamente equivalentes, para as frases (5) e (6) seriam dadas justamente nas fórmulas (5**) e (6**), mas com E a ser agora interpretada da maneira acima descrita.

²⁵ Veja-se Quine 1969, 94.

Em qualquer dos casos, subjacente a esse estilo de formalizações para frases existenciais do tipo (a) está a doutrina (H*), a doutrina de que «existe» é aí um predicado de particulares. De facto, uma expressão como « ξ é idêntico a pelo menos um objecto» ($\exists x \xi = x$), em que a letra ξ é usada à maneira de Frege como um simples indicador de um lugar vazio para a inserção de um termo, não é senão uma expressão predicativa monádica de primeira ordem, uma expressão cuja extensão é uma certa classe de particulares. Contra esta pretensão, alega-se por vezes²⁶ que «existe» seria aí, afinal, um predicado de ordem superior; isto na medida em que uma frase como «Teeteto existe», se fosse interpretada como «Teeteto é idêntico a pelo menos um indivíduo», seria afinal uma predicação de segunda ordem, do género «O conceito *Ser Idêntico a Teeteto* é subsumido por algo». Ora, alega-se, tal não é plausível pois «Teeteto existe» é manifestamente acerca de Teeteto, e não acerca de um conceito de 1.ª ordem. Penso, porém, que esta objecção é falaciosa. Naturalmente, é sempre possível reformular uma frase como «Teeteto é admirado por todos» como uma predicação de segunda ordem, do género «O conceito *Admirar Teeteto* é subsumido por todos»; mas isso não torna o predicado « ξ é admirado por todos» num predicado de segunda ordem (do mesmo modo que uma reformulação de «Teeteto voa» como «O conceito *Voar* é subsumido por Teeteto», a qual é sempre possível, não torna o predicado « ξ voa» num predicado de segunda ordem).

Por outro lado, se a nossa pretensão é correcta, então é agora fácil ver que é erróneo identificar, como frequentemente se faz, a tese de que a existência é invariavelmente uma propriedade de ordem superior, tese essa que é rejeitada na teoria híbrida, com a tese de que a nossa noção de existência se deixa captar por meio da noção de quantificação existencial objectual da lógica clássica, tese essa que é de certa maneira adoptada na teoria híbrida (como se pode verificar pelas formalizações propostas). Para além disso, diversas considerações de natureza positiva, as quais tomo como sendo em geral cogentes, militam a favor da doutrina de que «existe» pode funcionar como um predicado de indivíduos. Como Mackie notou²⁷, contextos modais como «Sócrates poderia não ter existido» e contextos epistémicos como «Eu não sabia que esta praia existia» constituem razoável evidência de que «existe» é por vezes um predicado de primeira ordem. Com efeito, e simplificando um pouco, tais construções resultam manifestamente da prefixação a predicções monádicas da forma $\lceil a \text{ existe} \rceil$ de operadores modais, «Possivelmente, não é o caso que», ou epistémicos, «Não é o caso que eu sei que»; ora, a inteligibilidade das construções em questão exige assim que a combinação de um termo singular genuíno com o predicado «existe» esteja perfeitamente em ordem do ponto de vista da forma lógica. (Contextos tempo-

²⁶ Veja-se Mackie 1976.

²⁷ Veja-se Mackie, *op. cit.*

rais, como por exemplo «Fernando Pessoa já não existe», têm sido correctamente invocados para os mesmos fins.)

Obviamente, as regimentações acima propostas pressupõem também a doutrina (F), a doutrina de que tudo existe. Note-se, a título de contraste, que Et e $\exists x t = x$ não são fórmulas logicamente equivalentes à luz de uma teoria meinongiana: a segunda é uma verdade lógica nesse ponto de vista, mas a primeira pode naturalmente ser falsa. A doutrina (F) é representável, na linguagem objecto, por meio da fórmula

$$H) \forall x Ex;$$

ou por meio da fórmula logicamente equivalente

$$H^*) \forall x \exists y x = y.$$

E ambas as fórmulas são validades da lógica de primeira ordem com identidade, ou seja, fórmulas verdadeiras em qualquer interpretação. Observe-se também, a este respeito, que a fórmula que resulta de (H) pela regra da necessitação, viz., a fórmula *de dicto* $\Box \forall x Ex$ («Necessariamente, tudo existe»), é uma validade da lógica modal quantificada estandardizada; enquanto que uma fórmula algo aparentada, a fórmula *de re* $\forall x \Box Ex$ («Tudo existe necessariamente»), não é aí de todo uma validade. Por último, repare-se que a doutrina de que não há objectos não-existentes não está inevitavelmente comprometida com uma ontologia marcada por uma pobreza franciscana; em especial, a doutrina não está inevitavelmente comprometida com um universo nominalista, povoado apenas por particulares materiais. A adopção de uma noção puramente lógica de existência, cuja extensão estivesse livre de restrições espaço-temporais e fosse regulada apenas pela navalha, permitiria presumivelmente tornar a doutrina compatível com a admissão, entre os itens existentes, de objectos abstractos como números e classes e de universais como propriedades e relações.

Quanto ao género de tratamento a dar numa teoria híbrida às categorias (b) e (c) de frases existenciais, penso que a solução mais satisfatória consiste simplesmente em adoptar em relação a elas o tratamento russelliano, ou seja, representar essas frases como tendo basicamente a forma lógica de quantificações existenciais. Essa seria talvez a opção mais natural em relação a frases do tipo (c). Em relação a frases do tipo (b), a opção dependeria ainda de uma adopção da concepção russelliana das descrições como quantificadores de um certo tipo, o que constitui um tópico relativamente independente.

Em todo o caso, a teoria híbrida tornar-se-ia imediatamente vulnerável à objecção de que nela o verbo «existir» seria tratado como ambíguo, ocorrendo umas vezes como um predicado de ordem superior, designadamente em construções dos tipos (b) e (c), e outras vezes como um predicado de primeira ordem, designadamente em construções do tipo (a). Ora, argumen-

ta-se, a existência de uma tal ambiguidade é absolutamente intolerável e deve ser tomada como proporcionando uma *reductio ad absurdum* de qualquer teoria que fosse obrigada a admiti-la.

Todavia, objecções desta natureza estão longe de ser convincentes; muito embora fosse sem dúvida preferível ter uma teoria unitária. Em primeiro lugar, é possível argumentar no sentido de distinguir entre, de um lado, casos em que uma palavra é ambígua (no sentido estrito do termo), e, do outro lado, casos em que uma palavra é susceptível de desempenhar funções diferentes em construções diferentes. Naturalmente, se estes últimos fenómenos forem igualmente descritos como ambiguidades, e é sempre possível proceder assim, então a palavra «ambígua» é ela própria ambígua; de qualquer modo, creio que as alegadas ambiguidades presentes nos últimos casos seriam inócuas. Assim, poderíamos tomar a palavra «existe», em contraste com a palavra «banco» (por exemplo), como pertencendo à segunda categoria de casos e como sendo susceptível de desempenhar um papel dual: ocorrer como um predicado de predicados e ocorrer como um predicado de particulares. Não é claro que tal fosse uma desvantagem séria para uma teoria da existência. Em segundo lugar, há palavras que têm um comportamento semelhante, ao nível da forma lógica, ao que é proposto para «existe» na teoria híbrida; e em relação às quais não é sequer plausível levantar quaisquer dificuldades. Por exemplo, é habitual falar-se da diversidade de funções que a cópula pode desempenhar, sem que com isso se considere necessariamente a palavra «é» como ambígua (em algum sentido objectável do termo). É assim usual distinguir entre as formas lógicas de frases como «A baleia branca é um mamífero», «Moby Dick é uma baleia», «Aquela baleia é Moby Dick», e «Este anel é osso de baleia», em termos de uma distinção entre o «é» da *inclusão* (de classe), o «é» da *exemplificação*, o «é» da *identidade*, e o «é» da *constituição* (respectivamente). Do mesmo modo, o artigo definido singular desempenha em construções como «A orca não é um peixe» uma função diferente, do ponto de vista da forma lógica, daquela que desempenha em construções como «A orca não veio à superfície»; porém, tal facto não justifica a descrição da palavra «a» como ambígua (é claro que podemos sempre fazê-lo; mas, nesse caso, a ambiguidade em questão é completamente inofensiva). Finalmente, tomando um caso em que a analogia é directa, considere-se a palavra «desapareceu» ao ocorrer em frases como «O meu exemplar de *Naming and Necessity* desapareceu da estante» e ao ocorrer em frases como «O lobo ibérico desapareceu do nordeste transmontano». No primeiro contexto, a palavra desempenha manifestamente o papel de um predicado de primeira ordem, e no segundo o papel de um predicado de segunda ordem; mas, obviamente, não é ambígua. Para além disso, é importante observar que, na teoria híbrida, os diversos usos relevantes de «existe» estão relacionados uns com os outros; com efeito, sucede que as diversas funções desempenhadas pela palavra são, à luz dessa

teoria, unificadas pelo facto de o conceito de quantificação existencial desempenhar um papel central em todas elas. Por conseguinte, e em geral, concluo que uma teoria híbrida estaria em condições de propor para as frases (1) a (4) justamente as regimentações (1*) a (4*).

O calcanhar de Aquiles de uma teoria híbrida não é então o tratamento assimétrico nela dado, de um lado a frases existenciais gerais, e, do outro, a frases existenciais do tipo (a). Note-se, de novo, que a noção de quantificação existencial é utilizada para especificar a forma lógica em *todos os casos*, relativamente a todas as categorias de afirmações de existência. O calcanhar de Aquiles da teoria é antes o caso de frases existenciais singulares *negativas verdadeiras*, como por exemplo a frase (6), e o associado *puzzle da existência*. A teoria não consegue, aparentemente, dar conta desses casos. O problema é o seguinte. Na lógica clássica de primeira ordem, a fórmula $\exists x a = x$ (ou a fórmula logicamente equivalente Ea), a qual é na teoria híbrida vista como proporcionando a forma lógica de frases do tipo 'a existe', é uma *validade*. De facto, qualquer interpretação da fórmula faz necessariamente corresponder um certo objecto, no domínio da interpretação, à constante individual a com sendo a denotação ou extensão da constante nessa interpretação; e isso é o suficiente para tornar a fórmula verdadeira em cada interpretação. Consequentemente, a sua negação, a fórmula $\neg \exists x a = x$ (ou a fórmula logicamente equivalente $\neg Ea$), a qual é a regimentação proposta para frases do tipo 'a não existe', é uma falsidade lógica, uma fórmula falsa em todas as interpretações. Mas, se assim é, então não há qualquer interpretação na qual a fórmula (6***) seja verdadeira; por conseguinte, a frase existencial singular negativa (6) surge afinal como falsa, o que entra em flagrante conflito com a intuição de que se trata de uma frase verdadeira. Uma teoria híbrida não dispõe assim de meios para explicar a existência de frases existenciais negativas verdadeiras.

Esta objecção introduz, creio, uma dificuldade genuína para qualquer teoria híbrida. Mas penso que uma maneira satisfatória de lhe escapar consistiria em mudar de lógica, substituindo a habitual lógica de primeira ordem clássica por uma lógica de primeira ordem livre relativamente à denotação das constantes individuais; ou seja, por uma lógica cuja semântica autorize a existência de interpretações de fórmulas com constantes individuais nas quais *nenhum objecto* no domínio é atribuído às constantes individuais como sendo a sua denotação ou extensão. Consequentemente, a fórmula $\exists x a = x$ não é uma validade nessa lógica, pois é falsa numa interpretação na qual a extensão de a seja nula. E a fórmula $\neg \exists x a = x$ não é uma falsidade lógica, podendo assim (6***) ser dotada de uma interpretação na qual surge como verdadeira e sendo deste modo acomodada a verdade intuitiva da frase (6). Informalmente, uma frase da forma 'a não existe' não é aqui vista como uma predicacão monádica cujo predicado é «não existe», com a negação a ser interpretada como interior, pois tal teria como resultado a sua invariável

falsidade (supondo, como é razoável, que uma lógica livre do género desejado conta como falsas quaisquer predicacões monádicas em que ocorram nomes vazios); uma frase dessa forma é antes vista como a negação de uma predicacão monádica, com a negação a ser interpretada como exterior, sendo por isso verdadeira quando a frase negada é falsa (o que sucede, dada aquela suposição, quando nela ocorre um nome vazio).

Outra vantagem de uma tal mudança de lógica seria a de que excepções de um certo género à regra da necessitação deixariam de estar disponíveis. A fórmula $\exists x a = x$ (*a* existe) é um teorema da lógica clássica de primeira ordem e, assim, um teorema da lógica modal quantificada; mas a sua necessitação, $\Box \exists x a = x$ (*a* existe necessariamente), não é um teorema da lógica modal quantificada, pois é falsa numa certa interpretação. Em contraste com estes resultados, numa lógica livre daquele género, a primeira fórmula não é um teorema e assim não temos aqui quaisquer contra-exemplos à regra da necessitação.

No entanto, há dois problemas com este tipo de manobra. O primeiro é o de que há pessoas que não estão simplesmente dispostas a abandonar a lógica clássica, pelo menos com base em razões daquela natureza. Em especial, há pessoas que não estão inclinadas a tolerar as complicações que as lógicas livres trazem relativamente a alguns dos princípios mais básicos de inferência da lógica de primeira ordem. Estes princípios deixariam de ter a simplicidade e a pureza cristalina que têm na lógica clássica. Ilustrando, a regra de eliminação de \forall , na sua versão clássica, não é válida numa lógica livre daquele tipo; basta reparar que, enquanto a fórmula que exprime a doutrina de que tudo existe, viz., $\forall y \exists x y = x$, continua a ser uma validade nessa lógica, a fórmula $\exists x a = x$ já não o é (como vimos). O resultado, aqui e noutros casos, é uma complexificação das regras de inferência que algumas pessoas vêem como prejudicial ou desnecessária (ou ambas as coisas). Porém, não creio que tal represente uma desvantagem substancial para a teoria híbrida. Afinal de contas, por um lado, a adopção de uma lógica livre quanto à denotação dos termos constitui claramente um desvio menor, quase insignificante, em relação à habitual lógica clássica; e, por outro lado, a revisão e complexificação de alguns dos princípios clássicos de inferência pode ser razoavelmente exigida com base noutro género de razões, completamente independentes da questão da denotação dos termos. A este último respeito, note-se que uma tal reformulação é igualmente requerida na lógica modal quantificada standardizada; ou, pelo menos, é requerida em certas versões familiares dessa lógica. Todavia, a lógica modal quantificada não é, necessariamente, uma lógica livre quanto à denotação das constantes individuais. Por exemplo, a inferência de $\forall x \Phi x$ para Φa não é válida nessa lógica (ou, pelo menos, nas versões familiares em questão), devendo ser submetida a certas qualificações; e, no entanto, podem não ser aí de todo autorizadas interpretações nas quais nenhum objecto do domínio seja atribuído à cons-

tante individual a como denotação. Com efeito, tome-se um mundo possível m cujos existentes satisfaçam todos a fórmula Φ ; e suponha-se que há um objecto referido por a com respeito a m , mas que esse objecto nem é um dos existentes em m nem satisfaz Φ . Neste género de semântica, a qual não é a semântica de uma lógica livre quanto à denotação das constantes — ou, por sinal, quanto aos domínios de quantificação — a regra clássica de eliminação do quantificador universal admite contra-exemplos e precisa de ser reformulada.

A segunda dificuldade é a de que a manobra, mesmo que correcta, apenas resolveria o problema técnico, deixando por resolver um problema filosófico profundo. Trata-se de um problema relativo ao *conteúdo* de frases existenciais singulares negativas, àquilo que é nelas dito, às proposições que tais frases exprimem em ocasiões dadas de uso. Os argumentos introduzidos por Kripke e outros contra a doutrina descritivista dos nomes podem ser vistos como estabelecendo, no mínimo, o seguinte resultado. O conteúdo proposicional de um nome próprio — ou seja, aquilo que o nome contribui para determinar a proposição expressa, com respeito a um contexto de uso, por uma frase na qual ele ocorra — não pode ser completamente dado numa representação puramente conceptual ou qualitativa de algo, mas é objectualmente dependente no seguinte sentido: a sua identidade e existência dependem da identidade e existência do objecto nomeado. Por conseguinte, no caso de nomes vazios como «Vulcão», como não há objecto nomeado, o nome não pode ser dotado de um conteúdo proposicional completo; ou de um conteúdo proposicional de todo, se adoptarmos uma doutrina mais radical que identifique conteúdo e objecto. Logo, assumindo um princípio de composicionalidade plausível para conteúdos, qualquer frase em que um desses nomes ocorra, e.g., (6), não é capaz de exprimir uma proposição determinada; o que é o mesmo que dizer que não exprime qualquer proposição: se não há objecto, não há proposição completa; e, se não há proposição completa, não há proposição de todo. Consequentemente, se não há nada que uma frase como (6) exprima ou diga, então *a fortiori* ela também não pode exprimir uma verdade (ou uma falsidade, por sinal!). Uma teoria híbrida parece ser assim incapaz de lidar com o problema do conteúdo de existenciais negativas verdadeiras²⁸. Naturalmente, a dificuldade não surge nem no ponto de vista russelliano, em que o conteúdo de um nome é puramente descritivo e logo objectualmente independente (e em que (6) pode assim exprimir uma proposição completa e verdadeira), nem no ponto de vista meinongiano, em que um nome como «Vulcão» não é um nome vazio e logo o seu conteúdo pode bem ser objectualmente dependente (e em que (6) pode assim exprimir uma proposição completa e verdadeira). Todavia, note-se que a dificuldade não é uma dificuldade intrínseca à teoria híbrida; nem é

²⁸ Embora tentativas engenhosas tenham sido recentemente feitas para resolver o problema; veja-se Adams and Stecker 1994.

sequer uma dificuldade relativa ao tópico da existência em particular. Trata-se de uma dificuldade semântica de carácter mais geral que aflige qualquer teoria anti-descritivista do conteúdo de nomes e outros termos singulares.

João Branquinho
 Departamento de Filosofia
 Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
 Cidade Universitária, 1699 Lisboa Codex
 jbranquinho@mail.telepac.pt

Referências

- Adams, F. and R. Stecker 1994: «Vacuous Singular Terms», *Mind and Language*, Vol. 9, Number 4, 387-401.
- Kant, I. 1965: *Critique of Pure Reason*, tradução inglesa de Norman Kemp Smith, New York, Saint Martin's Press.
- Kaplan, D. 1989: «Afterthoughts» in J. Almog, J. Perry and H. Wettstein (orgs.), *Themes from Kaplan*, Oxford, OUP.
- Mackie, J. L. 1976: «The Riddle of Existence», *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume.
- Meinong, A. 1960: «On the Theory of Objects», tradução inglesa de R. Chisholm, I. Levi e D. Terrell, in R. Chisholm (org.), *Realism and the Background of Phenomenology*, Glencoe, The Free Press, 76-117.
- Moore, G. E. 1936: «Is Existence Never a Predicate?», *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume.
- Parsons, T. 1980: *Nonexistent Objects*, New Haven, CT, Yale University Press.
- Parsons, T. 1995: «Non-existent objects» in J. Kim and E. Sosa (orgs.), *A Companion to Metaphysics*, Oxford, Basil Blackwell.
- Pears, D. 1967: «Is Existence a Predicate?» in P. F. Strawson (org.), *Philosophical Logic*, Oxford, OUP.
- Quine, W. V. O. 1980: «On What There Is» in *From a Logical Point of View*, 4th edition, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1-19.
- Quine, W. V. O. 1969: «Existence and Quantification» in *Ontological Relativity and Other Essays*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 91-113.
- Russell, B. 1905: «On Denoting», *Mind* 14, 479-93.
- Russell, B. 1956: «The Philosophy of Logical Atomism» in R. C. Marsh (org.), *Logic and Knowledge*, London, Routledge and Kegan Paul.
- Strawson, P. F. 1974: *Freedom and Resentment*, Oxford, OUP.
- Zalta, E. N. 1995: «Fictional Truth, Objects and Characters» in J. Kim and E. Sosa (orgs.), *A Companion to Metaphysics*, Oxford, Basil Blackwell.